

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2015

Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais, para os efeitos jurídicos em todo País.

**Autor:** Deputado SERGIO VIDIGAL

**Relator:** Deputado RONALDO FONSECA

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame pretende equiparar às pessoas com deficiência física ou mental, para todos os efeitos jurídicos – em especial para o direito aos benefícios da seguridade social – os portadores da síndrome de Von Recklinghausen, também denominada neurofibromatose.

A proposição foi aprovada pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), com emendas. Tais emendas limitam-se a substituir o termo "*mental*" por "*intelectual*" na ementa e nos dispositivos do projeto, na sua redação original.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) aprovou o projeto e as emendas da CSSF.

A Comissão de Finanças e Tributação opinou pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto principal e das emendas da CSSF.

Vêm, agora, as proposições à CCJC para que se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa nos termos regimentais.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, incumbe-me assinalar que a matéria se insere no âmbito da competência concorrente, cabendo à União estabelecer normas gerais da União e ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se mediante lei. Inexiste reserva de iniciativa.

Quanto à constitucionalidade material, nada vejo no projeto e nas emendas da CSSF que mereça crítica negativa desta Comissão quanto à constitucionalidade material, salvo o teor do art. 2º. Com efeito, não pode a lei iniciada no Poder Legislativo determinar ao Poder Executivo a realização de ações que, por eminentemente administrativas, lhe cabem com exclusividade.

Nada há a opor quanto à juridicidade.

Bem escritos, os textos das proposições atendem ao previsto na legislação complementar sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das normas legais, não merecendo reparos.

Assim, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com a emenda em anexo, do PL nº 39/2015 e das emendas da Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado RONALDO FONSECA  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 39, DE 2015

Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais, para os efeitos jurídicos em todo País.

### EMENDA DO RELATOR

Suprima-se o art. 2º do projeto de lei em epígrafe, renumerando-se os subsequentes.

Sala da Comissão, em        de        de 2017.

Deputado RONALDO FONSECA  
Relator